

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Eletrobras assumirá dívidas de distribuidoras para facilitar privatização das empresas](#) 4

Folha de S. Paulo

[Título: Por privatização, Eletrobras pode assumir dívida de distribuidoras](#) 9

O Estado de S. Paulo

[Título: Mudanças no setor elétrico serão enviadas ao Congresso](#) 9

Valor Econômico

[Título: Decreto ajusta modelo de venda de distribuidoras](#) 15

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Falsa solução	3
Título: Eletrobras assumirá dívidas de distribuidoras para facilitar privatização das empresas	4
Título: Petrobras inicia processo de venda de operações na África	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Tarifa e privatização	6
Título: Reajustes de combustíveis pesam no bolso	8
Título: Por privatização, Eletrobras pode assumir dívida de distribuidoras	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Mudanças no setor elétrico serão enviadas ao Congresso	9
Título: A disparada do petróleo	10
Título: Faça-se luz.....	12
VEÍCULO: Valor Econômico	13
Título: Privatização da Eletrobras deve atrasar acordo do déficit hídrico	13
Título: Decreto ajusta modelo de venda de distribuidoras.....	15
Título: Teto para direito a voto após pulverização também vale para União.....	16
Título: Usina em MG amplia geração renovável da EDF no Brasil	17
Título: Eletropaulo tenta melhorar perfil de endividamento	18
Título: Sem alienar Light, Cemig prepara venda de ações da Taesa	20
Título: Siderurgia teme China, Trump e eleições	21
Título: Setor vai à Justiça se perder ação de antidumping.....	23
Título: Vallourec mira vencedores de leilões	24
Título: Demanda por petróleo pode ter pico em 2034	25
Título: Gestor vê mais ganhos com Eletrobras	26
Título: BR Distribuidora testa avaliação de R\$ 22 bi	28

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Miriam Leitão****Título: Falsa solução**

O governo vai usar parte do dinheiro da privatização da Eletrobras para subsidiar energias fósseis, sujas e caras. É isso que significa o fundo que ele está propondo para tornar mais atraente a venda da empresa para os políticos. Está sendo apresentado como uma fórmula que vai reduzir altas futuras de energia. É falso, porque os recursos acabarão. Além disso, é um equívoco.

O modelo que está sendo proposto é criar um fundo para ser usado quando houver queda do volume de água nos reservatórios e for preciso usar as térmicas. Seria uma espécie de mitigador da alta da energia provocada pelo uso das térmicas. Por que o governo não pensa em forma mais contemporânea de resolver esse problema?

Existem soluções verdadeiras e atuais. Pode-se estimular o desenvolvimento de energia fotovoltaica, eólica, biomassa e geração distribuída. O argumento contra as fontes solar e eólica são de que elas são intermitentes e que é preciso energia firme que a térmica pode garantir. Quando não chove, venta e faz sol. Quando tem menos vento, é o período úmido. Pode-se pensar num programa de fechamento das térmicas mais caras. O governo não só não faz, como no ano passado cancelou um leilão de energia de reserva com fontes renováveis e, além disso, marcou para este dezembro um leilão de energia a carvão.

Há problemas ainda não resolvidos. Para vender as seis distribuidoras estaduais que foram federalizadas, a Eletrobras terá que assumir a dívida dessas empresas, que é enorme. As empresas do Acre, Amazonas, Alagoas, Piauí, Roraima e Rondônia são deficitárias, endividadas e tiram valor da Eletrobras. A estatal tem valor de mercado de R\$ 30 bi, e valor patrimonial de R\$ 46 bi.

Outro atrativo que o governo quer incluir no projeto de privatização é reservar parte do dinheiro para a transposição do Rio São Francisco. O importante é saber se haverá águas a transpor no futuro. O Brasil precisa levar a sério a proteção dos seus cursos de água. Alguns rios estão entrando em colapso com a sucessão de anos secos e o uso intensivo e sem critério. É preciso um programa verdadeiro para proteger as margens do São Francisco e um plano de salvação dos rios brasileiros. Além de punir o crime sem castigo cometido pela Samarco contra o Rio Doce.

Nada se pensa com visão no futuro. A privatização da maior empresa do setor deveria ser o início de mudanças na geração e transmissão de energia. O

governo Dilma tomou muitas decisões erradas na área. Basta ver o que aconteceu com as hidrelétricas da Amazônia, feitas a ferro e fogo. As usinas do Madeira cortaram 50% da produção porque a linha de transmissão não foi corretamente aterrada. Foi feita em cima de pedras de granito. As duas custaram R\$ 40 bi e foram feitas à custa de muitos absurdos. Houve até uso da Força Nacional em Jirau para que a obra prosseguisse em determinado momento.

No Nordeste, o aumento da eólica nos últimos anos ocorreu por insistência da indústria do setor, porque o governo tratava essa fonte com o mesmo desprezo com que olha a fotovoltaica. E se não fossem os bons ventos a região teria enfrentado rigorosa escassez de energia nos últimos anos de seca prolongada.

Hoje o país só não tem crise de abastecimento porque o PIB não cresce. Se crescer 4% pode ter um aumento de 6% no consumo. Isso significa que a oferta teria que crescer 4 GW. Não há essa previsão de entrada no sistema. É preciso olhar esses pontos de estrangulamento, mas com visão nova e não para fortalecer os velhos lobbies que povoam o setor.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Eletrobras assumirá dívidas de distribuidoras para facilitar privatização das empresas

Débitos podem chegar a R\$ 20 bilhões. Em troca, controladora manteria 30% de participação

-Brasília- A Eletrobras vai assumir as dívidas bilionárias de suas seis distribuidoras de energia no Norte e no Nordeste do país antes da venda dessas empresas. A privatização das empresas foi anunciada no ano passado e ocorre em um processo separado da desestatização total da Eletrobras.

A medida é uma tentativa de conseguir investidores interessados nas distribuidoras em Acre, Amazonas, Alagoas, Piauí, Roraima e Rondônia. Essas empresas acumulam prejuízos há anos. Os débitos podem chegar a R\$ 20 bilhões. Não há, no entanto, dados oficiais sobre o total devido pelas distribuidoras, mas sabe-se que o montante é maior que o valor das empresas.

As seis distribuidoras foram federalizadas no fim dos anos 1990, com a justificativa de que seriam privatizadas em seguida, mas o processo se arrasta até hoje. Resolver a dívida é um dos principais entraves ao processo. Como contrapartida por assumir os débitos, a Eletrobras poderá ficar com uma fatia de até 30% nessas distribuidoras no futuro.

Integrantes do **Ministério de Minas e Energia** acreditam que a assunção das dívidas não reduzirá o apetite dos investidores pela oferta de ações da Eletrobras. Na visão dessas fontes, o mercado já leva em conta esses débitos ao avaliar o valor da estatal.

A venda dessas distribuidoras não deve gerar recursos para os caixas da União e da Eletrobras. As licitações vão considerar as regras já aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que resultaram em reajustes acima de 20% nas contas dos clientes dessas distribuidoras.

Ganhará a disputa a empresa que oferecer o maior deságio sobre esse aumento, ou seja, aceitar receber a menor tarifa a ser cobrada dos clientes, com base nos parâmetros da agência reguladora. As linhas gerais para o processo foram publicadas ontem, em decreto do presidente Michel Temer. Os detalhes serão acertados hoje em reunião da equipe de privatizações do governo. Um projeto de lei com pontos associados à venda das distribuidoras também deve ser enviado ao Congresso em até 15 dias.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez e Bruno Rosa

Título: Petrobras inicia processo de venda de operações na África

Negócio, que tem como sócios BTG e a Helios, pode render US\$ 3 bilhões

A Petrobras anunciou ontem que pretende se desfazer de sua participação na Petrobras Oil & Gas, companhia que reúne suas operações no continente africano. A Petrobras detém 50% da empresa. Os demais sócios são o BTG Pactual, com fatia de 40%, e a Helios Investment Partners, com 10% de participação. A intenção é vender 100% do negócio, já que os parceiros da Petrobras também pretendem sair do empreendimento. Segundo fontes a par das negociações, a operação de venda poderia render cerca de US\$ 3 bilhões.

A medida faz parte do programa de desinvestimento da Petrobras, que busca levantar caixa e reduzir o endividamento da estatal. A meta é levantar US\$ 21 bilhões com a venda de ativos até o fim de 2018. Com a operação, a petroleira também pretende se desfazer de um negócio fechado anos atrás e que já deu margem a muita polêmica.

18% DA PRODUÇÃO NA NIGÉRIA

Em 2013, a Petrobras vendeu 50% do negócio para o BTG Pactual por US\$ 1,5 bilhão. No ano seguinte, a transação foi alvo de análise do Tribunal de Contas da

União por suspeitas de que o preço acordado entre as partes era inferior ao valor dos ativos. O questionamento aconteceu no início da Operação Lava-Jato, em 2014.

Na época, a interpretação do mercado era que os ativos na África poderiam valer até US\$ 7 bilhões. Avaliações realizadas pela área técnica da estatal, porém, encontraram um montante em torno de US\$ 3,05 bilhões. Um dos fatores para o preço era o risco da atividade exploratória na Nigéria.

Posteriormente, o fundo Helios adquiriu uma fatia de 10% da empresa na África. Os principais ativos à venda são justamente dois blocos em águas profundas na Nigéria, que já estão em operação, Akpo e Agbami. Eles respondem por 18% da produção de petróleo no país.

Entre os ativos da Petrobras Oil & Gas, há ainda o Campo de Engina, o maior em desenvolvimento na Nigéria, com perspectiva de entrada em produção no fim de 2018 e um campo em fase de avaliação. A empresa tem reservas líquidas de 204 milhões de barris e a produção atual é de 48 mil barris por dia. O processo de venda é conduzido por Scotia bank, BTG Pactual e Evercore.

Para especialistas, os ativos na África podem despertar o interesse de petroleiras interessadas em aumentar reservas na região ou investidores financeiros.

Ontem, a Petrobras informou que a Justiça Federal acatou recurso da estatal e suspendeu a liminar que determinava a paralisação da venda de 22,5% da área de Iara e 35% do Campo de Lapa, na Bacia de Santos, para a francesa Total. O processo de venda havia sido interrompido em outubro. A suspensão da liminar partiu do Tribunal Regional da 5ª Região. (Com agências internacionais)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Tarifa e privatização

Escassez de chuvas leva ao encarecimento da energia elétrica; suscita temores a possibilidade de uso de verba pública para mascarar preços

Inexiste risco de falta de energia em 2017, segundo a avaliação das autoridades do setor. Os reservatórios das usinas hidrelétricas, porém, continuam a minguar, tendo chegado ao nível mais baixo deste século para meses de outubro. Não parece haver distorção no diagnóstico oficial.

Desde 2014, ano de pico, o consumo caiu quase 3%, e a capacidade instalada de geração cresceu 12% —ainda assim, a queda contínua do volume das represas tem consequências. Nesse caso, acionam-se as termelétricas, de energia mais cara, a fim de economizar água. Faz-se necessário, pois, indicar aos consumidores que os custos aumentaram; que se deve poupar mais.

É o que acabam de fazer os reguladores do setor, por meio da bandeira vermelha, um adicional na conta de luz. Trata-se de medida prudente: permanece muito incerta a recuperação dos reservatórios.

No entanto tais ajustes cobrem apenas cerca de um quarto do aumento do custo das distribuidoras, que adquirem a energia mais cara para entregá-la aos compradores finais. A diferença aparecerá na correção anual das tarifas, em 2018. As deficiências brasileiras nesse campo são conhecidas —a começar pelo preço da eletricidade, já bastante elevado pela carga tributária, que constitui óbice à competitividade da produção nacional.

Há, ademais, desequilíbrios financeiros e conflitos em tomo da distribuição de encargos e receitas nas etapas de produção, transmissão e distribuição. Não por acaso, uma proposta ampla de reforma dos regulamentos deve ser apresentada em breve ao Congresso. A providência é urgente.

Não faz muito, na primeira metade de 2015, o risco de deficit de energia ficou em tomo de 5%, patamar que indica a necessidade de medidas a fim de evitar desabastecimento. Caso se confirme a retomada da economia, estimativas sugerem que em três anos possa estar esgotada a folga entre a capacidade de geração e a demanda.

Para a realidade do setor, o prazo afigura-se curto, ainda mais se perdurar o regime de chuvas escassas. Tudo considerado, suscita temor a intenção —que se anuncia no governo, ainda sem detalhes— de utilizar parte dos recursos da esperada privatização da Eletrobras para evitar altas maiores das tarifas.

Mascarar preços de forma artificial pode transmitir a mensagem errada aos consumidores. Não será preciso recordar o desastrado barateamento imposto pela gestão de Dilma Rousseff (PT), que teve de ser radicalmente revertido nos anos de 2014 e 2015. Erros grosseiros do gênero já resultaram em racionamento e caos financeiro. Nesse setor, não há margem para novas inépcias.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO****Título: Reajustes de combustíveis pesam no bolso**

Desde a mudança na política de preços da Petrobras, gás de cozinha subiu 66% nas refinarias, gasolina, 17%, e diesel, 9%

Neste ano, os aumentos elevaram em quase 11% os gastos das famílias de baixa renda com a conta de luz e o gás

A disparada do preço do gás de botijão nos últimos meses já corrói a renda das famílias mais pobres. Há preocupação agora com relação aos repasses às bombas dos preços da gasolina e do diesel, que vêm experimentando sequência de forte alta nas últimas semanas. O gás de botijão foi o que mais aumentou desde o início do governo de Michel Temer, quando a Petrobras passou a acompanhar mais de perto as cotações internacionais do óleo. De acordo com dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o preço do produto nas refinarias subiu 56% desde a semana anterior à posse de Temer. O dado, porém, não considera o último reajuste anunciado pela empresa na sexta (3), de 6,5%, o que elevaria a alta para 66,1%.

Gasolina e diesel têm aumento menor desde a mudança no comando da Petrobras, de 17% e 9%, respectivamente, pressionados também pela alta nas alíquotas de PIS/ Cofins no fim de julho. Mas a pressão se intensificou nas últimas semanas, com a escalada de preços do petróleo. Nos últimos dois meses, desde que inverteram a curva de queda, os reajustes da Petrobras para a gasolina acumulam 19,6%. No caso do diesel, é de 11,3%.

PRESSÃO

Ao lado da conta de luz, o gás de botijão tem sido um dos maiores fatores de pressão no IPC-C1, índice da FGV que mede a inflação das famílias que ganham entre R\$ 937 a R\$ 2.342. “O gás de botijão é o principal combustível das famílias de baixa renda, que já vêm sofrendo também com o preço da energia”, diz André Braz, economista da FGV. A conta de luz, por sua vez, subiu 4,16% em outubro, pressionada pelo uso de térmicas. Gás e energia consomem 6,5% no orçamento das famílias de baixa renda. Neste ano, segundo a FGV, os reajustes elevaram em quase 11% os gastos delas com os dois produtos.

A Petrobras diz que os reajustes refletem a variação das cotações no mercado internacional, “devido à conjuntura externa e à proximidade do inverno no Hemisfério Norte, e a variação do câmbio”. Pesaram ainda, segundo a estatal, a

passagem do furacão Harvey no golfo do México, a redução dos estoques globais e questões geopolíticas. O aumento é fruto também da política de cortar subsídios concedidos na gestão petista. O preço do produto ficou congelado durante 13 anos, entre 2002 e 2015.

A alta, porém, representa quase o dobro da verificada no preço do gás destinado a clientes comerciais e industriais, que subiu 29% desde a mudança de governo. A expectativa do mercado é que os reajustes se mantenham nos próximos meses, embora em ritmo menor, pois o barril segue em alta. O preço do petróleo tem oscilado em US\$ 62 por barril e já há expectativas que irá a US\$ 70. “Há desconforto com relação ao preço da gasolina, mas, considerando as taxas de câmbio e preço do petróleo, teria que subir mais uns 20% nas refinarias”, diz o economista-chefe do Santander, Maurício Molon.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Por privatização, Eletrobras pode assumir dívida de distribuidoras

A Eletrobras vai assumir dívidas de suas distribuidoras para conseguir privatizar as empresas. Decisão sobre o tema deverá ser tomada em breve em reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), disse o **secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa**. A venda das seis distribuidoras, que operam no Norte e no Nordeste, está prevista para até abril, antes da desestatização da Eletrobras como um todo, que o governo projeta para até o fim do primeiro semestre do próximo ano. Pedrosa adiantou que, como contrapartida por assumir os débitos, a Eletrobras poderá assumir até 30% dessas distribuidoras no futuro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth Igor Gadelha

Título: Mudanças no setor elétrico serão enviadas ao Congresso

Projetos de lei e MP definem regras da privatização da Eletrobras, marco regulatório e compensação a geradoras

O governo vai enviar ao Congresso uma medida provisória (MP) e dois projetos de lei com mudanças no setor elétrico. A meta, segundo o secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, é concluí-los em dez dias. Os

projetos de lei, que vão tramitar em regime de urgência, vão definir regras para a privatização da Eletrobrás e o novo marco regulatório do setor elétrico.

A MP trará os termos de um acordo para acabar com a disputa bilionária em torno do risco hidrológico (aumento dos custos na geração em decorrência da seca). O governo queria que tudo fosse tratado por medidas provisórias – que passam a vigorar imediatamente após publicadas –, mas a União teve de ceder aos apelos da Câmara e do Senado. Para o risco hidrológico, porém, houve acordo com o Legislativo.

“Era para ser um projeto de lei, mas, pela urgência do tema, vai ser MP”, disse **O Ministro Fernando Coelho Filho**. A MP, que já está na Casa Civil, vai permitir que os geradores sejam compensados, de forma retroativa, por medidas adotadas pelo governo que não estavam relacionadas à seca nos últimos dez anos.

A estimativa é que o conjunto de geradores tenha sido punido em R\$ 16 bilhões, mas, considerando só as usinas que atuam no mercado livre, alvo da MP, o valor varia de R\$ 4 bilhões a R\$ 5 bilhões. A principal compensação virá da correção de uma “pedalada” realizada no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que concedeu subsídios às usinas de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte.

Para obter o menor preço possível no leilão dessas usinas e tentar reduzir as tarifas, o governo permitiu que elas pudessem vender mais energia do que produziam à custa de outras hidrelétricas. A outra compensação prevista na MP será pelo deslocamento hidráulico, situação que ocorre quando o governo obriga usinas a produzirem menos do que poderiam, o que traz prejuízos para as usinas. A MP terá efeito retroativo e valerá a partir de 2013.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Fábio Alves

Título: A disparada do petróleo

A disparada nos preços do petróleo nos últimos dias foi deflagrada por fatores geopolíticos, com crescente tensão no Oriente Médio, mas vários analistas internacionais alertam que as cotações não devem ceder tão cedo.

Os especialistas dizem que o mais provável é o preço do barril cruzar a barreira dos US\$ 70 no curto prazo. A mensagem, portanto, é clara: preços mais altos do petróleo vieram para ficar.

Na segunda-feira, o barril do petróleo Brent fechou a sessão de negócios no patamar mais alto em mais de dois anos, a US\$ 64,27. É bom lembrar que o Brent havia encerrado 2016 cotado a US\$ 56,82, equivalente a uma alta de 51,43% em relação ao fechamento de 2015.

Se, de um lado, a forte alta dos últimos dias é resultado de um noticiário internacional explosivo, de outro, questões estruturais de demanda e oferta devem sustentar os preços em patamares mais elevados.

O capítulo mais recente de pressão nas cotações foi a onda de prisões de ministros e príncipes na Arábia Saudita que abalou a elite política do país como parte da ofensiva do governo contra a corrupção. Além disso, no fim de semana passado, o governo saudita informou que havia interceptado um ataque de míssil contra a capital Riad feito por rebeldes no Iêmen, que são apoiados pelo Irã.

Mas a escalada nos preços do petróleo já vinha em curso bem antes dessa nova tensão geopolítica no Oriente Médio.

Do lado da oferta, o impulso foi dado quando os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e outros grandes produtores, como a Rússia, fizeram um acordo para cortar a produção em 1,8 milhão de barris por dia.

O acordo era válido inicialmente por seis meses, mas depois foi estendido até março de 2018. Na segunda-feira, a Nigéria, que é isenta do acordo, sinalizou que pode aderir aos cortes. Além disso, é intensa a especulação no mercado de que o acordo da Opep limitando a produção possa mais uma vez ser estendido para além de março de 2018. A Arábia Saudita, um dos países com maior influência nas decisões da Opep, já se disse a favor da ampliação do acordo.

Do lado da demanda, o crescimento mais forte e disseminado da economia mundial está alimentando a procura por petróleo e derivados. O Fundo Monetário Internacional (FMI) elevou sua projeção de expansão do PIB global para 3,6% neste ano e 3,7% em 2018. Mais de dois terços dos países estão crescendo acima do Produto Interno Bruto (PIB) potencial.

E o número de países em recessão nunca foi tão pequeno. Não foi à toa que, em setembro passado, a Agência Internacional de Energia (AIE) revisou a sua projeção da demanda por petróleo em 2017 de 1,3 milhão para 1,6 milhão de barris por dia.

E o que significa para o Brasil, e em particular para a Petrobrás, a recente disparada nos preços do petróleo no mercado internacional?

Até o fechamento da bolsa de valores na segunda-feira, a ação preferencial da Petrobrás acumulava alta de 17,22% em 2017, sendo que nos últimos 30 dias a alta era de 11,09%.

“O UBS possui hoje uma visão positiva ‘fora de consenso’ sobre o preço de petróleo e trabalhamos com US\$ 70 por barril no longo prazo”, diz o analista de Petrobrás do banco UBS, Luiz Carvalho. Para ele, essa recuperação já era esperada, mas ocorreu mais cedo do que os analistas do banco imaginavam.

“Vemos esse cenário como extremamente positivo para a Petrobrás, dado que a companhia vem conseguindo repassar os preços de combustíveis para o consumidor final”, explica. “Atualmente vivemos um ‘casamento entre micro e macro’ fatores, no qual o petróleo acima de US\$ 60 por barril, a retomada dos desinvestimentos e um cenário positivo na negociação da cessão onerosa não estão totalmente precificados na ação.”

Há, de fato, o risco de uma correção nos preços do petróleo caso países fora da Opep, como os Estados Unidos, voltem a elevar a extração do produto. Mas para especialistas como Roberto Friedlander, da corretora Seaport Global Securities, em relatório citado pela imprensa americana, é mais provável o petróleo bater em US\$ 70 do que cair para US\$ 50 novamente.

COLUNISTA DO BROADCAST

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Sonia Racy

Título: Faça-se luz

Direto da Fonte

Quem comprar a Eletrobrás terá que, por contrato, fazer aporte anual de R\$ 250 milhões a R\$ 350 milhões – durante toda vigência do prazo da concessão. A informação é de Wilson Ferreira, presidente da estatal, que se reuniu com Temer e ministros em Brasília, para definir o que era uma MP e se tornou projeto de lei. A limitação de 10% das ações ordinárias para quem quer que seja – também foi muito debatida. No mercado pulverizado nos EUA, por exemplo, o limite é menor, de 5%, nas empresas privadas. "Chegaremos lá. Eles operam em um mercado de ações mais acostumado a este tipo de operação", explicou Ferreira ontem à coluna. Ele enfatiza que a modelagem vai permitir grande pulverização das ações ordinárias e que o governo terá uma golden share – ações de classe especial presentes em estatais permitindo políticas estratégicas.

Luz 2

Igualmente importante, Ferreira ressalta que o tema rio São Francisco foi mais uma vez debatido. "É absoluta prioridade do presidente", pondera o executivo que em 2016, depois de quatro anos consecutivos, conseguiu tirar a Eletrobrás do vermelho.

Luz 3

Origem dos problemas? Segundo Ferreira, pesou muito a derrubada do preço de energia de R\$ 100,00 mw/h para média de R\$ 35,00 quando houve a "cotização" das empresas em 2011, determinada por Dilma. "Só isso causou prejuízo de R\$ 31 bilhões", contabiliza.

Luz 4

O projeto de lei vai promover uma "descotização". "A diferença entre os dois sistemas é básica. Na cotização, você impacta a Eletrobrás. E neste desenho, quem assume o ônus hidrológico é o dono da hidrelétrica", pondera

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Privatização da Eletrobras deve atrasar acordo do déficit hídrico**

A decisão do governo de não editar uma medida provisória (MP) para a privatização da Eletrobras, e sim um projeto de lei (PL), pode agravar um problema que já se arrasta há mais de dois anos no setor elétrico, envolvendo bilhões em inadimplência no setor elétrico: a questão do déficit hídrico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês).

Antes, a proposta de solução para a judicialização do GSF seria incluída na MP da privatização da estatal elétrica. Agora, a ideia do governo é que esta saia em um PL separado. Mesmo que seja dada urgência a ele, a prioridade será aprovar a privatização da Eletrobras, e o acordo sobre o déficit hídrico pode ficar para depois de fevereiro. Segundo uma fonte do governo, isso aumenta consideravelmente as chances de que o mercado de curto prazo de energia trave, o que afasta investimentos do setor, além de causar prejuízos bilionários aos agentes que ficam sem receber pela energia vendida.

Até a liquidação do mercado de agosto, concluída no início de outubro, havia um montante de R\$ 3,7 bilhões em aberto, ainda protegido por liminares. Como a hidrologia permaneceu ruim desde então, com GSF elevado, e preços de

energia à vista próximos do teto de R\$ 533/MWh, esse montante deve crescer consideravelmente até o fim do ano.

Além da inadimplência das geradoras que estão protegidas por liminares, as distribuidoras também enfrentam um descasamento de caixa resultante do acionamento das termelétricas mais caras, e pediram o parcelamento dos montantes devidos nas liquidações.

O setor elétrico brasileiro funciona como um grande condomínio. Para preservar os níveis dos reservatórios quando não chove o suficiente, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) determina que as hidrelétricas gerem menos do que suas garantias físicas. O restante da geração é compensado por outras fontes, como termelétricas e eólicas.

Ainda que não tenham a geração de toda sua garantia física, as usinas são obrigadas a cumprir os contratos de venda de energia. No mês passado, o déficit hídrico chegou quase a 40%. Isso significa que, se uma usina tinha 100 MW médios, ela só poderia contratar 60 MW médios. Supondo que ela vendeu 95 MW médios, a usina teria exposição de 35 MW médios no mercado de curto prazo.

Com as liminares, os geradores continuam com essa exposição, mas ficam protegidos de pagar os montantes devidos nas liquidações do mercado de curto prazo. Com isso, a inadimplência cresceu e chegou aos R\$ 3,7 bilhões acumulados em agosto.

Os agentes que estão protegidos por liminares estão participando das negociações de uma solução, mas ela depende da alteração legal. No caso de uma MP, o processo de regulamentação pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pode ser acelerado, pois a agência pode trabalhar na aplicação das regras enquanto a medida tramita, já com validade de lei.

"Não conhecemos a estratégia do governo, quais são os caminhos. O que sabemos é que isso está dando uma travada no mercado. Se eles levarem [a discussão] até o ano que vem, será um risco que estarão correndo", disse ontem Ítalo Freitas, presidente da AES Tietê, uma das geradoras protegidas por uma liminar do GSF.

A solução negociada pelos agentes para acabar com a judicialização depende de uma alteração legal. A ideia é expurgar dessa conta alguns fatores que não são considerados risco hídrico, como a geração fora da ordem de mérito (GFOM) das termelétricas e o atraso nas obras de transmissão que vão escoar energia das hidrelétricas estruturantes.

Esse montante seria valorado e transformado em extensão das concessões das usinas que concordassem com a proposta e, em troca, retirassem as liminares.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Decreto ajusta modelo de venda de distribuidoras

O governo ajustou o modelo de privatização das distribuidoras da Eletrobras, com concessões em Estados do Norte e do Nordeste, para destravar o processo de escolha dos novos controladores. Parte dos novos procedimentos foi definida no decreto 9.192/2017, publicado ontem.

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, informou que o decreto permite que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reforce o caixa das distribuidoras deficitárias. Ele disse que a receita adicional obtida com as revisões extraordinárias das tarifas, que tornam as contas de luz mais caras, é defendida pela agência, pois garante o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Para conter a alta excessiva das contas de luz, o governo resolveu que o critério de menor custo da energia vai definir o vencedor do leilão. Somente a partir da celebração do contrato, os novos concessionários darão início à contagem do prazo de 30 anos. Além dos novos mecanismos de privatização de concessionárias da Eletrobras, o decreto deu abertura para que governos estaduais manifestem interesse de transferir ativos de distribuição e transmissão à iniciativa privada com a ajuda do BNDES.

Segundo Pedrosa, o decreto terá eficácia plena a partir de outras duas medidas planejadas pelo governo. Uma delas é a aprovação do projeto de lei que chegará ao Congresso nos próximos dias em regime de urgência, com a solução para a guerra de liminares em torno do risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês). Essa é uma questão urgente e é provável que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se convença de que terá que ser resolvida por MP. A outra medida é a resolução do conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), com nova modelagem de venda das distribuidoras, a ser aprovada na reunião de hoje.

O projeto de lei prevê a desverticalização da Amazonas Energia, com separação das atividades de distribuição e geração no Amazonas e com novo contrato de gás com a Petrobras envolvendo o gasoduto Urucu-Coari, até 30 de abril de 2018. O imbróglio é visto como risco para os investidores.

O mesmo projeto também deve resolver o entrave da venda de controle das distribuidoras Eletroacre (AC) e Ceron (RO). As duas concessionárias deverão contar com o reconhecimento de custos da migração do sistema isolado para o Sistema Interligado Nacional (SIN), rede de transmissão que oferece energia mais barata das grandes hidrelétricas às diferentes regiões. A Aneel deve permitir o repasse para as tarifas locais.

"O governo tratará a venda das distribuidoras com maior clareza. Detalhará, a partir de agora, inclusive alguns termos mais específicos, como os valores dos ativos", disse o técnico do ministério.

Pedrosa informou que, além do projeto de lei das distribuidoras e do risco hidrológico, o governo prepara outros dois PLs para o setor, com: a privatização da Eletrobras e o novo modelo do setor elétrico. O secretário disse que os três serão enviados ao Legislativo no prazo de até dez dias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Claudia Safatle | De Brasília

Título: Teto para direito a voto após pulverização também vale para União

Para garantir que a Eletrobras será uma corporação de controle pulverizado após a privatização, cada acionista terá direito a voto correspondente ao limite de 10% das ações. A imposição desse teto para o direito a voto também se aplica ao governo, mesmo que ele fique com 40% ou mais das ações.

Essa regra ("poison pill" ou pílula envenenada) é usada para proteger as empresas contra eventuais tentativas de aquisições hostis - e ela consta do modelo de privatização da holding do setor elétrico. A união terá, ainda, a "golden share", ação que lhe dá direito de veto em questões estratégicas, as quais terão que estar definidas no edital.

Considera-se, na área econômica do governo, a possibilidade de a União ter que vender parte das suas ações no grupo Eletrobras pois o aumento de capital do qual ela não participará talvez não seja suficiente para vender o controle da companhia a investidores privados.

As usinas hidrelétricas de Tucuruí e Itaipu e a Eletronuclear foram excluídas do universo privatizável nesse primeiro momento. A Eletronuclear, porque é um tema constitucional.

Itaipu, por ser binacional, será tratada posteriormente, e a parte brasileira poderá ser desestatizada no futuro. E Tucuruí, pelo seu tamanho, também terá

um tratamento à parte. A usina, cujo contrato de concessão vence em 2024, tem capacidade instalada de 8.370 megawatts - equivalente a 60% de toda a produção das 14 hidrelétricas do grupo que operam no regime de cotas, que é de 14 mil MW.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Usina em MG amplia geração renovável da EDF no Brasil

Braço da gigante energética francesa Électricité de France (EDF) em investimentos em energias renováveis, a EDF Energies Nouvelles (EDF EN) pretende iniciar nas próximas semanas a operação comercial da usina solar Pirapora 3, de 92,5 megawatt-pico (MWp) de capacidade instalada, em Minas Gerais. O empreendimento faz parte do grupo de projetos em operação ou construção da companhia no Brasil, que somam R\$ 3 bilhões em investimentos.

Segundo o diretor-geral da EDF EN no Brasil, Paulo Abranches, o país é estratégico para o grupo devido à abundância de recursos energéticos e ao potencial mercado consumidor. "O Brasil é o único país estratégico do continente sul-americano, para a companhia. Nosso objetivo em médio e longo prazo é alcançar entre 1 GW [gigawatt] e 2 GW no mercado brasileiro, tanto em eólica quanto solar", disse o executivo ao **Valor**.

"O contexto de curto prazo pode ser desafiador, mas é algo que tentamos superar e enxergar o médio e longo prazo. Os recursos de vento são fantásticos, os melhores do mundo. O recurso solar também é muito bom. A demanda de energia, apesar de estar um pouco estabilizada, vai voltar a crescer nos próximos anos e hoje faz muito sentido fazer eólica e solar no Brasil", completou Abranches, responsável pela estruturação da unidade brasileira da empresa, feita há cinco anos.

A EDF EN tem 80% de participação no parque Pirapora 3, em parceria com a Canadian Solar (20%). A composição societária é a mesma para os parques de Pirapora 1, já em operação, e Pirapora 2, previsto para dar a partida no primeiro semestre de 2018. O complexo solar de Pirapora tem investimento total estimado em R\$ 1 bilhão. As empresas contam com um financiamento do BNDES de R\$ 529 milhões, o primeiro concedido pelo banco para um projeto de geração de energia solar, em maio deste ano.

A EDF EN também possui dois projetos de energia eólica no Brasil: os parques Ventos da Bahia 1 e 2. O primeiro entrou em operação comercial neste ano. O segundo deve iniciar o funcionamento até o fim do próximo ano. Os cinco

projetos do portfólio atual (três de energia solar e dois eólicos) totalizam 350 MW.

Com relação aos leilões de energia A-4 e A-6, que negociarão contratos para início de suprimento de energia em 2021 e 2023, respectivamente, e que estão marcados para o fim deste ano, o executivo afirmou que a empresa tem interesse em participar dos certames, mas que ainda não há uma decisão definitiva sobre o assunto.

"Estamos com vontade [de participar]. Ainda não está nada definido. Temos que preparar as coisas. A expectativa é grande, mas não temos ainda a decisão tomada", explicou Abranches.

Em termos globais, a EDF EN possui faturamento da ordem de € 1,4 bilhão (o equivalente a cerca de R\$ 5,1 bilhões), e lucro líquido de € 306 milhões (aproximadamente R\$ 1,2 bilhão) e 3,1 mil funcionários. A companhia possui 10,4 GW de capacidade instalada no mundo, dos quais 9,1 GW de fonte eólica, 1,06 GW de solar e 219 MW de outras tecnologias. No Brasil, a empresa também tem interesse em pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Eletropaulo tenta melhorar perfil de endividamento

Depois de concluída a migração das ações para o Novo Mercado, que deve acontecer ainda neste mês, o próximo passo da Eletropaulo será melhorar seu perfil de endividamento, com aumento do prazo médio de amortização e redução de custos.

"Nosso entendimento é que a companhia não está muito alavancada hoje, mas temos como questão o prazo da dívida, que é, em média, de dois anos e meio", disse Marcelo de Jesus, diretor vice-presidente financeiro e de relações com investidores, da companhia se referindo à dívida que desconsidera os montantes devidos aos fundos de pensão.

Considerando toda a dívida, o cronograma médio de amortização é ligeiramente mais longo, de 4,2 anos. A taxa efetiva de juros era de 9,9% ao fim de setembro.

Ao fim do terceiro trimestre, a Eletropaulo tinha uma relação entre dívida líquida e resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de 2,57 vezes, abaixo das 2,94 vezes do mesmo intervalo do ano passado. A

dívida líquida, na mesma base de comparação, caiu de R\$ 3,7 bilhões para R\$ 3,6 bilhões.

"Entendemos que depois desses passos [migração para Novo Mercado e melhorias operacionais], o perfil de endividamento poderá melhorar, com alongamento de prazo e redução de custos", disse Jesus. A companhia está começando a avaliar os instrumentos para isso. "Temos várias alternativas no mercado, vamos avaliar qual a melhor estratégia para fazer depois", afirmou.

Entre os instrumentos avaliados, Jesus citou a emissão de debêntures e de bônus no exterior. "Bonds, por exemplo, têm prazos aí de cinco, sete anos, um prazo bastante atraente com custo atraente", disse. Ele lembrou, porém, que no caso de emissões em moeda estrangeira a Eletropaulo precisaria fazer a "engenharia" para evitar exposição cambial.

Essas medidas, porém, não devem ser usadas ainda neste ano. "Provavelmente, iremos ao mercado em 2018. Acho que não temos tempo hábil para ir ainda em 2017", disse Jesus.

Na semana passada, o conselho de administração da Eletropaulo aprovou a migração para o Novo Mercado, a conversão de ações preferenciais em ordinárias na razão de uma para uma, e também o pagamento do reembolso aos acionistas dissidentes. A migração deve ser concluída em 21 de novembro.

O direito de retirada dos acionistas surpreendeu a companhia positivamente ao envolver um montante menor que era previsto pela própria distribuidora de energia, disse Charles Lenzi, presidente da empresa, que também participou da entrevista concedida a jornalistas ontem. O direito de retirada somou R\$ 49 milhões, ou cerca de 3 milhões de ações.

"Nós estávamos otimistas sobre isso, mas o número superou nossas expectativas", disse Lenzi.

Segundo Marcelo de Jesus, novo diretor financeiro da Eletropaulo, havia um receio de que o valor fosse "material" e pudesse colocar em risco a migração. "Mas, de fato, o número superou nossas expectativas e veio bastante baixo, demonstrando a confiança dos investidores na nossa estratégia", disse ele.

Jesus lembrou que o objetivo da migração é tornar a companhia mais ágil em suas tomadas de decisão. "A partir da migração a companhia vai passar a ser uma 'true corporation', isso vai permitir termos maior agilidade na nossa execução da estratégia", disse. Além disso, a Eletropaulo vai poder atrair mais investidores, uma vez que a liquidez dos papéis deverá subir consideravelmente.

Sempre destacando o plano da Eletropaulo de investimentos e de corte de despesas operacionais, Lenzi defendeu que o custo médio ponderado de capital (Wacc, na sigla em inglês) do 5º ciclo de revisão tarifário, que ainda será discutido em audiência pública, fique "no patamar atual".

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) propôs um Wacc de 7,24% para o 5º ciclo, ante 8,09% do 4º ciclo de revisão.

Segundo Lenzi, a manutenção do nível atual é necessária pois as distribuidoras precisam fazer investimentos elevados para melhorar a confiabilidade dos ativos e também para modernização do sistema.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Carolina Mandl, Camila Maia e Marcos de Moura e Souza | De São Paulo e Belo Horizonte

Título: Sem alienar Light, Cemig prepara venda de ações da Taesa

Sem conseguir concluir a venda de sua participação na Light, a Cemig deu início aos preparativos para vender as ações da Taesa, segundo o **Valor** apurou. A operação deve movimentar entre R\$ 800 milhões e R\$ 1,3 bilhão e o objetivo é concluí-la antes de dezembro. O lote colocado à venda representa a fatia que excede o controle da Cemig na Taesa.

A transação tem como principal objetivo quitar a dívida da Cemig com os bancos Santander, Banco do Brasil e Votorantim. Essas três instituições têm opção de vender as ações que detêm na Light para a Cemig, com vencimento em 30 de novembro.

Segundo uma fonte, duas empresas de energia apresentaram propostas para adquirir a participação que a Cemig tem na Light, sendo uma de capital nacional e outra estrangeira. Existe ainda uma outra companhia estrangeira que manifestou interesse pelo negócio e solicitou mais dias de prazo para formalizar a oferta. Inicialmente, o prazo para os interessados apresentarem propostas terminava no dia 30 de outubro, mas foi ampliado para 3 de novembro. Agora, a direção da Cemig aguarda uma posição até segunda-feira, para essa terceira companhia.

O **Valor** apurou, no entanto, que as ofertas recebidas avaliaram a Light em um valor menor do que a Cemig esperava, o que está inviabilizando o processo.

Apesar de ter uma área de concessão representativa no país, a Light é vista como um ativo de risco, devido aos inúmeros problemas de furto e fraude

registrados no Rio de Janeiro. A taxa de custo médio ponderado de capital (Wacc, na sigla em inglês) proposta pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para o 5º ciclo de revisão tarifária, de 7,24%, agrava a situação da distribuidora carioca, ao piorar a expectativa de retorno da empresa.

A Cemig detém, direta e indiretamente, 43,38% da Light e está vendendo toda sua fatia. A iniciativa faz parte de um plano da Cemig de se desfazer de participações em uma série de negócios, com objetivo de se capitalizar e fazer frente a seu elevado endividamento.

Como parte do processo de aquisição da Light, as empresas envolvidas nas conversas com a Cemig fizeram visitas técnicas e avaliaram um conjunto de informações sobre o ativo. Novas rodadas de negociações devem ocorrer nas próximas semanas com a companhia que tiver a melhor proposta e melhores condições.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De Cancún

Título: Siderurgia teme China, Trump e eleições

A política protecionista de Donald Trump nos Estados Unidos, o comércio indireto com a China e as eleições na região são os principais pontos de alerta para a siderurgia na América Latina daqui para frente. Segundo executivos e especialistas presentes ao 58º Congresso Latino-Americano do Aço, porém, a perspectiva ainda é de crescimento do consumo.

Segundo a Worldsteel Association, entidade global do setor, os países latino-americanos devem ser os que mais aumentarão a demanda por aço em 2018. A alta, sobre o que se espera de consumo neste ano, seria de 4%, para 69,9 milhões de toneladas. A expectativa é que o Brasil veja expansão de 7%, para 19,7 milhões de toneladas, e o México cresça 3%, para 27,6 milhões de toneladas.

A expectativa é que a entrada dos importados siga em níveis perto de 35% na região, algo que a Associação Latino-Americana do Aço (Alacero, na sigla em espanhol) acredita poder mudar, com ações de defesa comercial, no caso do chamado "comércio desleal", e com capacidade ociosa da região.

Para Jefferson de Paula, presidente da ArcelorMittal Aços Longos, é necessária atenção do setor à estratégia de transferência das exportações para manufaturados de aço. Entretanto, o executivo, que também preside a Alacero, vê avanço nas ações de redução da capacidade ociosa chinesa.

"Há dez anos que os chineses dizem que vão reduzir essa sobreoferta, mas agora nós finalmente vemos ações concretas nesse sentido", declarou. "É de suma importância que o governo central continue a tirar do mercado empresas ineficientes, que muitas vezes são estatais e sabemos que a participação delas no comércio exterior não é leal."

A Alacero vê com bons olhos a criação do fórum de excesso de capacidade do G-20, mas acredita ser necessário tomar alguma atitude a respeito da situação no curto prazo. Atualmente, há quase 730 milhões de toneladas em excesso no mundo.

O executivo, que discursou durante a abertura do evento, disse que apesar da retração dos preços do aço chinês nos últimos meses, a expectativa geral é de estabilidade daqui para frente.

Guillermo Vogel, diretor financeiro da fabricante de tubos Tenaris, do grupo Techint, disse que o potencial fim do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta, na sigla em inglês) coloca em xeque a siderurgia da região. Ele lembra que não só a exportação aos EUA pode ficar comprometida, como a concorrência em outros países também se acirra.

Para ele, é importante modernizar o acordo, mas especialmente a indústria mexicana quer garantir que alterações não beneficiem demais os EUA.

Durante o evento da Alacero, Marcos Casarin, diretor de pesquisas em macroeconomia e investimentos da consultoria Oxford Economics, disse que a perspectiva econômica na América Latina é de um crescimento mais sustentável, apesar de menos rápido, e sem inflação. No lado político, vê 2018 como um "campo minado eleitoral".

"Temos eleições a serem realizadas na Colômbia, no Chile, no Peru, no México e no Brasil", lembrou o economista. "A Argentina referendou o caminho tomado nas eleições anteriores, mas México e Brasil trazem uma ameaça às reformas que foram propostas recentemente."

Para Casarin, a eleição de 2018 no Brasil é uma "caixa preta". Ele cita o potencial de retorno de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência como um risco "populista", mas destaca o primeiro mandato do ex-presidente como amigável ao mercado. No caso de Jair Bolsonaro, Casarin o compara com Trump e diz que há uma possibilidade de vitória ao candidato, principalmente com o centro fragmentado.

Rafael Rúbio, diretor-geral da Alacero, julga ser essencial a manutenção das reformas econômicas que estão em curso na região atualmente, para que a economia siga um caminho de crescimento sustentável - o que impulsiona o

consumo de aço. "Passada a turbulência, é possível que o PIB acabe superando as expectativas do FMI", disse.

O repórter viajou a convite do Instituto Aço Brasil

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De Cancún

Título: Setor vai à Justiça se perder ação de antidumping

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) deve decidir hoje em reunião se aceita ou não o pedido de antidumping feito por Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), ArcelorMittal e Gerdau ao aço laminado a quente vindo de China e Rússia. Caso não haja aplicação da tarifa, mesmo que a decisão técnica tenha determinado a existência de preço abaixo do mercado, o **Valor** apurou que o setor vai recorrer da decisão na Justiça.

Há dois meses, a questão dividiu a indústria brasileira, antes unida pelo pleito do conteúdo nacional e o aumento da alíquota do Reintegra, programa de devolução de resíduo tributário, para 5%. Enquanto o Instituto Aço Brasil defende que há comércio desleal desses países, uma coalizão com mais de 20 entidades, mas encabeçada pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) teme que barrar os importados servirá para reajustes indiscriminados de preço pelas siderúrgicas.

José Velloso, presidente-executivo da Abimaq, disse recentemente que, por ser uma questão técnica, e já haver um parecer que demonstra grandes evidências de existir o dumping, provavelmente será autorizada a tarifa extra. O que ele e as outras associações pretendem é pedir uma revisão desse processo, alegando interesse público. Aí, o governo pode escolher postergar a aplicação ou não acatar a tarifa.

"A posição dessa coalizão é um tiro no pé", declarou Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Aço Brasil. "Coloca em risco não só a questão técnica da adoção de defesa comercial, mas a unidade empresarial da indústria de transformação. E no momento, em que há baixa sensibilidade do governo ao setor, a unidade seria essencial."

Lopes ressalta que já há relatórios dentro do próprio Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços mostrando que a densidade técnica é baixa para se exigir um processo de interesse público no assunto. Ele trata a possibilidade de o governo não aplicar a tarifa antidumping como "politicagem", especialmente

"vinda da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda". Questionado sobre a potencial judicialização, contudo, preferiu não comentar.

Mais cedo, a Associação Latino-Americana do Aço (Alacero, na sigla em espanhol), divulgou um manifesto das produtoras de aço do Mercosul, no qual se pede atenção ao conteúdo local dentro do potencial acordo com a União Europeia. Na prática, isso significa que as empresas de aço da região querem ter garantida sua participação na fabricação de produtos que serão exportados à Europa dentro do novo tratado que está sendo desenhado entre as partes.

"É contraditório que, em um acordo que pretende desenvolver a integração e complementação econômica e comercial, seja adotado um requisito de origem que possa favorecer terceiros países, em prejuízo aos países e blocos envolvidos, como propõe a União Europeia para o caso de produtos siderúrgicos", argumentam as siderúrgicas na carta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De Cancún

Título: Vallourec mira vencedores de leilões

A fabricante de tubos Vallourec quer aproveitar a nova onda de leilões de petróleo no Brasil para vender pacotes que incluam também soluções tecnológicas e serviços, além dos tubos propriamente ditos, disse ao **Valor** o presidente da Vallourec Soluções Tubulares do Brasil, Alexandre Lyra.

O executivo lembra que atualmente a empresa vende mais ao exterior do que internamente, depois que o setor de petróleo e gás praticamente congelou as atividades no país. Localmente, a companhia consegue contratos com rentabilidade muito maior, porque comercializa os produtos em conjunto com serviços e soluções, algo que não é possível na exportação.

"Estamos já em tratativas com a Petrobras e outras operadoras, que conquistaram blocos nos leilões recentes, para oferecer esse pacote. Além dos tubos, vendemos a logística, manutenção e reparo às plataformas, e com a indústria 4.0, usamos "big data", por exemplo, para trazer soluções modernas às empresas", afirmou o executivo.

A ideia da Vallourec é convencer os clientes a tratarem os poços de exploração como um ativo, que precisa de confiabilidade e maior vida útil. Essa aposta em serviços e as exportações permitiram à companhia fugir de uma crise financeira mais séria, que comprometeria sua operação, em um momento no qual o setor parou de consumir.

"A estratégia no momento é manter cerca de 70% das vendas ao exterior, sendo que no passado a equação era inversa, exportávamos só 30%", explicou Lyra. "Não podemos ir contra a tendência do mercado. Se nosso cliente não compra mais, temos em investir em produtividade e ir ao exterior."

Nesta década, a Vallourec desembolsou mais de R\$ 5 bilhões em investimentos nas suas unidades produtivas de Belo Horizonte e Jeceaba (MG). O foco, além de modernização, era preparar as unidades para oferecerem também os serviços.

Lyra, que também é presidente do conselho do Instituto Aço Brasil, comentou que sem uma política de conteúdo local, além de as produtoras de aços planos potencialmente perderem espaço, é possível que a recuperação em longos fique com a importação.

"Se é uma questão tão grande manter o programa de conteúdo local, vincular o financiamento do BNDES à compra de produtos nacionais poderia ajudar", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Jessica Shankleman | Bloomberg, de Londres

Título: Demanda por petróleo pode ter pico em 2034

Um crescimento maior do que o esperado nas vendas de veículos elétricos poderá fazer com que a demanda mundial por petróleo atinja um pico e permaneça constante no final da década de 2030, segundo a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

Se cerca de um quarto dos carros do mundo forem elétricos, a demanda mundial por petróleo chegaria a um patamar de cerca de 109 milhões de barris por dia na segunda metade da década de 2030, diz a Opep em seu relatório anual World Oil Outlook.

O principal cenário da Opep, porém, ainda aponta um aumento do consumo por décadas, pois a entidade dos países exportadores acredita que frota de carros elétricos crescerá à metade desse ritmo.

Mas a inclusão de um cenário com crescimento maior indica que a Opep começa a levar a ameaça mais a sério. "É extremamente improvável que os veículos elétricos penetrem no segmento de automóveis de passageiros com esse vigor em menos de 24 anos", diz o relatório publicado ontem. "De todo modo, vários países declararam publicamente a intenção de alcançar uma participação maior de veículos elétricos em novas vendas."

Depois que França, Reino Unido e, potencialmente, China anunciaram planos para proibir a venda de automóveis que queimam combustíveis fósseis nas próximas décadas, os produtores de petróleo estão atentos ao impacto sobre o crescimento da demanda por petróleo no longo prazo. Há pouco consenso sobre essa ameaça.

A Agência Internacional de Energia (AIE) estima que até 2040 cerca de 8% da frota mundial de veículos leves será elétrica, o que teria pouco impacto no consumo de petróleo. Já a Bloomberg New Energy Finance prevê que um terço dos carros serão elétricos.

O relatório da Opep sugere ainda a possibilidade de que a adoção em massa de serviços de compartilhamento de automóveis poderá reduzir a demanda por petróleo em função da queda da posse de automóveis privados.

Na China, o rápido crescimento dos serviços de compartilhamento poderá encolher a frota de automóveis e fazer com que a demanda por petróleo atinja um pico em 2035 e depois diminua marginalmente nos cinco anos seguintes.

Isso significaria que o uso de petróleo pela frota de carros seria 11% menor do que o cenário base da Opep, que espera um crescimento mais modesto no compartilhamento de veículos na China, com pouco efeito na demanda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado | De São Paulo

Título: Gestor vê mais ganhos com Eletrobras

Depois que a aprovação da reforma da Previdência foi colocada em xeque pelo próprio presidente Michel Temer, a Eletrobras passou a ser a esperança de algum sucesso na agenda do governo, a partir da privatização da companhia. Além disso, investidores veem oportunidades para a empresa com a chamada "descotização" da energia contratada pela estatal, processo esperado durante a desestatização.

Gestores ouvidos sob a condição de anonimato pelo **Valor** afirmam que a alta das ações ontem - de 1,29% da preferencial classe B (PNB) e de 2,41% da ordinária (ON), em dia de queda de 2,55% do Ibovespa, - é mais um capítulo de avanço dos papéis sempre que um novo passo no processo de privatização é dado. Mais do que isso, porém, a performance representa um olhar mais atento do investidor a sinalizações de que essa pauta do governo tem mais chance de caminhar agora.

Para um gestor, é relevante lembrar que não há nada certo sobre a desestatização, mas há sinalizações de ministérios e do próprio Congresso de que a pauta encontra maior acordo para continuar avançando, mesmo na figura de um projeto de lei (PL). "A chance da reforma da Previdência 'morrer' é algo que o mercado não estava contando. Nesse vácuo, entra no foco a privatização da Eletrobras, porque ainda tem gente querendo tirar retorno disso", diz.

A confiança é de que o processo de privatização em si traz ganhos para a ação, o que estimula negociações especulativas, de curto prazo com os papéis. A sustentabilidade da alta, porém, vai depender de como o assunto irá realmente caminhar dentro do Congresso. "Se acontecer a mesma coisa que ocorreu com a reforma da Previdência e essa perspectiva for frustrada, toda a alta que vimos pode ser devolvida", afirma. "A questão é que os investidores estão acreditando que vale a aposta nos papéis, nesse momento."

No entanto, para o gestor, quem não conseguiu capturar as altas recentes das ações da Eletrobras corre risco ainda maior se decidir se posicionar agora. "Para nós, por exemplo, o risco ainda não vale."

Já o gestor de um grande fundo de São Paulo vê ganhos para a estatal porque, dentro da modelagem de privatização da elétrica, o governo está definindo qual será o ritmo do processo de "descotização" da energia contratada pela empresa sob o regime de cotas.

Cerca de 14 gigawatts (GW), ou um terço da potência instalada da Eletrobras, está alocada no regime de cotas de garantia física e potência, que foi criado pela presidente Dilma Rousseff em 2012, com o objetivo de promover tarifas de energia acessíveis aos cidadãos. As hidrelétricas já amortizadas puderam renovar antecipadamente suas concessões, e passaram a receber uma receita apenas para operação e manutenção dos ativos. O problema é que a receita, hoje próxima de R\$ 40 por megawatt-hora (MWh), não é suficiente para cobrir esses custos e provoca prejuízos à Eletrobras.

Em conjunto com a desestatização da empresa, o governo debate a retirada do regime de cotas, que deve elevar a receita por MWh e colocar os preços em um patamar de mercado. É daí também que deverá vir o dinheiro que será repartido entre Tesouro, Eletrobras e consumidores de energia com a privatização.

Toda a questão não é lida de forma tão profunda no mercado, dado o caráter extremamente técnico do tema, mas a sinalização do governo aos gestores que participam do processo é apenas uma: a Eletrobras sai ganhando no processo e isso justifica a maior confiança de que, combinada com uma gestão profissional, maior governança e maior transparência, ela pode entrar em nova fase.

"Temos a leitura de que o projeto de lei que vai sair resolverá o problema do setor porque, para reformá-lo, tem que privatizar a Eletrobras. A resolução dos problemas no setor elétrico passa principalmente por ela", diz.

Apesar da visão bastante favorável, o gestor ainda vê riscos quanto à execução da desestatização porque é muito grande a capitalização que deve fazer parte do processo - a ideia é que novas ações da Eletrobras sejam emitidas e o governo não acompanhe o aumento de capital para se diluir e sair do controle. "Mas o preço que o mercado paga hoje pelas ações é a probabilidade alta de dar certo."

Mesmo nesse cenário, os papéis da Eletrobras "podem valer somente um pouco mais", considerando o atual panorama. "É difícil achar o ponto, mas a companhia tem que se transformar para subir muito mais do que R\$ 24 o papel", diz. "Mais um pouco e vou montar posição 'short' [vendida] na ação. A Eletrobras está longe de ser espetacular."

Desde a chegada de Wilson Ferreira à presidência da Eletrobras, em julho de 2016, a ON acumula alta de 26,2% e a PNB, 21,3%. Mas foi a partir do primeiro anúncio da intenção do governo de privatizar a elétrica, em 21 de agosto, que as ações de fato ganharam força: as ONs já acumulam alta de 49,4%, com giro 307% maior, enquanto as PNBs sobem 36,3%, com volume financeiro 265% superior. **(Colaborou Camila Maia)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Lucinda Pinto, Juliana Machado e Carolina Mandl | De São Paulo

Título: BR Distribuidora testa avaliação de R\$ 22 bi

Em conversas preliminares com investidores nesta semana, a BR Distribuidora tem buscado uma avaliação de R\$ 22 bilhões para realizar sua oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), de acordo com duas fontes.

O objetivo da Petrobras, controladora da BR, é vender uma fatia entre 30% e 40% da companhia no IPO. Portanto, considerando-se a alienação de 35%, a oferta pode movimentar R\$ 7,7 bilhões.

Esses encontros com investidores tem como objetivo apresentar a companhia a potenciais compradores das ações.

A partir do retorno que tiverem dos investidores nessas reuniões, os bancos de investimento contratados para coordenar o IPO vão recomendar à companhia a faixa indicativa de preço das ações. Portanto, não é possível dizer se esses R\$ 22

bilhões testados ficarão mais para o piso ou para o teto do intervalo quando a oferta oficial for lançada.

Se sair a R\$ 22 bilhões, a BR Distribuidora será avaliada com um desconto de cerca de 25% em relação ao grupo Ultra, dono dos postos Ipiranga, considerando a projeção para o Ebitda de 2018.

Como a opção da Petrobras foi por manter o controle da BR Distribuidora, a expectativa era que a companhia fosse vendida com desconto em relação a seus pares. Em relatório divulgado em setembro, o banco UBS trabalhava com uma estimativa de avaliação para a BR Distribuidora, que poderia ir de R\$ 25 bilhões a R\$ 45 bilhões.

MME / ASCOM .